

E D I T O R I A L

REGULAÇÃO EDUCATIVA: RETROCESSOS E AVANÇOS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS

EDUCATIONAL REGULATION: SETBACKS
AND ADVANCES IN PUBLIC POLICIES

Apesar de ser um conceito derivado de outras áreas do conhecimento, a noção de regulação foi incorporada mais recentemente na educação. No que diz respeito à América Latina, em função das transformações sócio-políticas que influem nas reformas dos sistemas educativos de vários países, é essencial o atual debate sobre as modalidades de regulação, que redefinem o papel do Estado na defesa da qualidade do ensino e na garantia da igualdade de oportunidades.

Sendo assim, com a finalidade de analisar e refletir sobre os atrasos e as melhorias sociais decorrentes da aplicação das novas formas de regulação no domínio educativo, *Linhas Críticas* apresenta um dossiê composto por seis estudos acerca desse tema. O dossiê é fruto do trabalho conjunto de Alfredo Macedo Gomes, Dalila Andrade Oliveira e Regina Vinhaes Gracindo. Três outros artigos e uma resenha completam este número 28.

Xavier Rambla, Antoni Verger e Aina Tarabini analisam a influência internacional sobre as políticas educativas argentinas, brasileiras e chilenas entre 1990 e 2006, enfatizando o programa Educação para Todos e o Acordo Geral sobre o Comércio de Serviços (AGCS) da Organização Mundial do Comércio (OMC).

Para Myriam Feldfeber, a crise do modelo de regulação burocrático tradicional do sistema educativo da República Argentina induziu à ampliação da atuação das províncias e à redefinição do papel do Estado, visando a construção de políticas de redução da pobreza e a implementação de novas tecnologias de gestão.

Segundo Dalila Andrade Oliveira, as atuais políticas públicas para a educação adotadas na última década na Argentina, Brasil e Chile convergiram para uma nova regulação educativa organizada em três eixos: a gestão local, o financiamento *per capita* e a avaliação sistêmica.

A luta, intensificada no governo Bush, que opõe os “profissionalistas” e os “desregulamentacionistas” é analisada por Claude Lessard, que revela as motivações científicas, ideológicas e políticas conflitantes entre os grupos interessados no controle da política educativa norte-americana.

Janete Maria Lins de Azevedo e Alfredo Macedo Gomes traçam as raízes históricas dos conceitos de intervenção e regulação, além de seus desdobramentos teóricos nas perspectivas liberal (e neo-liberal) e do Estado de bem-estar social. Discutem, também, o contraditório processo de regulação no campo da educação.

O conceito de ‘necessidade social’ é utilizado por Edson Nunes, Leandro Molhano Ribeiro, Enrico Moreira Martignoni e Julia Vogel de Albrecht para examinar a massificação do ensino superior brasileiro, vinculada à expansão do setor privado e à ausência de mecanismos de regulação coerentes.

Complementando esse dossiê, outros temas são abordados: o ‘desencantamento do mundo’ e sua relação com a educação moderna é o que desvela Maria da Anunciação Pinheiro Barros Neta, que estuda as origens e influências do conceito de Weber na história de uma nova prática na educação ocidental.

Sidney Reinaldo da Silva investiga a gestão da educação e a administração democrática do ensino na escola pública do sistema capitalista a partir de dois modelos ético-políticos contraditórios: a concepção liberal e a concepção participativa da democracia.

O surgimento e a evolução da graduação tecnológica no País são criticados por Deribaldo Gomes dos Santos e Susana Vasconcelos Jiménez. Os autores também expõem um panorama sobre as dualísticas políticas públicas nacionais, as quais não favorecem a formação dos trabalhadores.

Por fim, apresenta-se a resenha do livro *A Reforma Educacional na América Latina nos Anos 1990*: uma perspectiva histórico-sociológica, de Nora Rut Krawczyk e Vera Lucia Vieira.

Antônio Villar Marques de Sá

Editor